

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

N.º 1/2020/AM

DATA: Vigésimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.-----

HORA: Vinte horas e quarenta e um minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, em suplência de José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----

- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----

- Deputada Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Fernandes dos Santos, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Maria Catarina Lopes Paiva, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

A presente sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----
 - a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da

2020.02.20

Assembleia Municipal;-----

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 22 de novembro de 2019;-----

c) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 2 de dezembro de 2019;-----

d) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

2. Alteração Orçamental Modificativa - Ano 2020 – deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2020;-----

3. Autorização da celebração de Adenda ao Contrato interadministrativo de delegação de competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual, nos termos da alínea K, do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – deliberação da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2019;-----

4. Deliberação a conceder Acordo Expresso para efeitos da alínea b) do n.º 1, do artigo 54.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, quanto ao critério de imputação da dívida orçamental da AMP a cada Município Associado, deliberado pelo Conselho Metropolitano em 25 de outubro de 2019 - deliberação da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2019;-----

5. Aprovação dos Protocolos de Colaboração a celebrar com as Juntas de Freguesia de Macieira de Câmara e de Rôge, com vista à cobrança de faturas referentes às redes de abastecimento de água e de saneamento e resíduos sólidos urbanos - deliberação da Câmara Municipal de 3 dezembro de 2019;-----

6. Aprovação do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos no Município de Vale de Cambra – deliberação da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2020;-----

7. Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2020 – deliberação de 12 de fevereiro de 2020.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início aos trabalhos, dando as boas vindas a todos os presentes. Felicitou a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues por ter concluído o seu Doutoramento.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu conta que o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, encontrando-se impossibilitado de comparecer à sessão fez-se representar pelo Sr. Manuel Fernandes dos Santos, Tesoureiro daquela Junta, presente na sala.-----

Também o Deputado Municipal José do Nascimento Peres se encontra impossibilitado de comparecer e, nessa medida, foi convocado, nos termos da Lei, o Sr. Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, presente na sala.-----

De entre a correspondência recebida, salientou que, por comunicação que deu entrada nos serviços no dia 11 de dezembro de 2019, as filhas do Sr. Dr. António José Tavares Prado e Castro agradecem a manifestação de pesar e condolências pelo falecimento do seu Pai. -----

Deu ainda conhecimento, da sua participação, conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arões, no Congresso da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), em Vila Real. Listou, de seguida, os convites recebidos e nos quais a Assembleia Municipal se fez representar, por si e por alguns Deputados Municipais a quem agradeceu a disponibilidade.-----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE

2019: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos seus vinte e oito membros, aprovar a ata da sessão ordinária de 22 de novembro de 2019.-----

c) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2 DE

DEZEMBRO DE 2019: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão extraordinária de 2 de dezembro de 2019, por maioria de vinte e sete membros a favor e uma abstenção do Sr. Manuel Fernandes dos Santos, por não ter participado na referida sessão.-----

Antes de entrar no período seguinte, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal **concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, a seu pedido, para abordar uma questão fundamental, a da EB 2,3 das Dairas. -----

Começou por dizer que a Escola das Dairas não é uma escola da Câmara Municipal. É uma escola do Ministério da Educação, à semelhança do que acontece com a Escola Secundária, que é tutelada pela Parque Escolar e é supervisionada pelo Ministério da Educação. -----

Vale de Cambra, no início do Portugal 2020, não tinha um euro sequer para a área da Educação, a par de mais quatro ou cinco municípios da AMP. Na altura, não aceitaram essa situação, juntaram-se e manifestaram a sua discordância e preocupação, e assim conseguiram afetar três milhões de euros para a educação no Concelho de Vale de Cambra.-----

Alcançada esta vitória, havia que definir onde era feito esse investimento. Explicou que este Quadro Comunitário exige um mapeamento prévio, sendo que os montantes atribuídos seriam aplicados única e exclusivamente nas escolas constantes do mapa apresentado. À data, foi decidido requalificar três escolas no

Município de Vale de Cambra: a Escola da Praça, a Escola de Macinhata e a Escola de Areias, que foram entretanto requalificadas. No que se refere à Escola da Praça, referiu que, quando chegaram à Câmara Municipal estava decidido o seu encerramento, mas que reverteram essa situação e requalificaram aquela escola e, em boa hora o fizeram, porque a Escola da Praça está cheia de crianças, tem boas condições para quem lá aprende, ensina e trabalha.-----

Entenderam, também, que havia uma escola – a EB 2,3 das Dairas - que, embora não sendo da Câmara Municipal deveria ser intervencionada, porque os sucessivos Governos - do PSD, do CDS, do PS, nunca tiveram a devida preocupação para a resolução das graves deficiências daquela escola, nem com as crianças, os professores e os auxiliares de ação educativa. A falta de condições e o grave perigo para a comunidade educativa era, também, naturalmente, uma preocupação, uma vez que a sua cobertura era integralmente em fibrocimento que contém amianto. Por isso era urgente a sua remoção. Afirmou que, enquanto Presidente da Câmara Municipal e, embora o edificado não fosse propriedade do Município, não ficaria de consciência tranquila sem a resolução deste problema. Ao silêncio e falta de ação por parte do Ministério da Educação, e dos sucessivos Governos, entendeu que “não deveria fechar os olhos, virar a cara para o lado, sacudir a água do capote e nada fazer para a resolução do problema”. Mais, após a sinalização do perigo do amianto para a saúde pública, nada foi feito pelo Executivo que lhe antecedeu. Poderia fazer o mesmo, utilizando esta verba em escolas do Município mas não, isso não foi feito, porque acharam que esta escola sendo dos Valecambrenses e para os Valecambrenses deveria ser intervencionada. Não se arrepende e voltaria a tomar a mesma decisão, porque os interesses de toda a comunidade estão muito acima dos interesses associados ao edificado da Câmara Municipal, e muito acima dos interesses político-partidários.-----

Assim, propuseram ao Ministério da Educação a celebração de um acordo e a resolução do problema, disponibilizando meios financeiros comunitários mas, também, meios próprios. O Ministério da Educação acolheu esta parceria, que permitiria resolver os problemas desta Escola tão breve quanto possível. Se assim não fosse os problemas seriam maiores e a escola ficaria sem resolução dos problemas que lhe estão associados. Foi assinado entre o Município e o Governo um Acordo de Colaboração, foi elaborado o projeto, foi aberto o concurso público, cumprindo toda a legislação em vigor, legislação esta que assegura o rigor e a transparência no processo de adjudicação, o que contraria tudo o que se insinua agora. Só a má-fé e os hábitos de antigamente fariam pensar o contrário, afirmou.-----

As obras tiveram o seu início e a escola foi colocada em contentores. A opção de colocação naquele local foi tomada tendo em conta vários fatores, nomeadamente a possibilidade de ter um bar de construção física permanente, a existência de um restaurante que funciona como cantina, e ter o Pavilhão Municipal à disposição da escola. Pensa terá sido a melhor opção no sentido de responder àquilo que era a necessidade educativa e, também, permitir que a empresa construtora pudesse trabalhar de uma forma mais tranquila e sem os riscos associados à coabitação entre obras e alunos naquela escola. Não há soluções perfeitas, mas foi a que respondeu melhor às necessidades e segurança das crianças. -----

Continuou, relatando que, iniciaram-se as obras, que estas “derraparam”, mas não por culpa expressa e total da Câmara Municipal. Sem querer culpabilizar a Câmara ou o Empreiteiro, o que é certo é que as obras não andam e não andaram à velocidade que todos desejariam, nem à velocidade que pessoalmente desejaria porque estão a falar na requalificação de uma escola, no bem estar das crianças, de que não se pode abdicar, e não vai abdicar. Se nas outras escolas as

crianças estavam em piores condições e ficaram em melhores condições, o objetivo da intervenção e desta parceria com o Ministério da Educação era encontrar uma solução que permitisse satisfazer as crianças em primeiro lugar, bem como aqueles que lá trabalham – professores e auxiliares de ação educativa, e dar também tranquilidade aos pais.-----

Entretanto, a empresa entrou com um processo judicial contra a Câmara Municipal, que fez a respetiva contestação. A Câmara Municipal face ao incumprimento, deliberou, pensa de que por unanimidade, aplicar as multas previstas no Contrato. -----

Disse fazer votos que tão breve quanto possível, este assunto tenha a sua conclusão e melhores condições para os jovens, não esquecendo que, neste momento, já está isenta de amianto.-----

Afirmou, ainda, que a Câmara tem procurado apoiar incondicionalmente os jovens, no que à Educação se refere, passando a enunciar vários apoios e programas dirigidos à comunidade escolar, designadamente ao nível da ação social escolar, os apoios diretos e/ou os apoios indiretos, os auxílios económicos. O Município assume a aquisição das fichas de trabalho, e ainda a oferta de um kit de material escolar para todos os alunos do 1.º ciclo. O Município assume ainda: a comparticipação da ação social escolar, em 10€ e 15€, para os alunos do 2.º ciclo dos escalões B e A, sendo esta verba gerida pelo Agrupamento de Escolas; a atribuição de um suplemento para visitas de estudo no valor de 8€; a atribuição de uma verba ao Agrupamento para aquisição de material didático, e a atribuição de Bolsas de Estudo para o ensino secundário, pós-secundário e superior, coisa que nunca tinha acontecido em Vale de Cambra. Participa no concurso Jovens empreendedores, iniciativa da Escola Secundária a que a Câmara se aliou como Júri e com a atribuição de prémios. Nas refeições escolares, a comparticipação da Câmara é total ou parcial, como a própria lei estipula. Referenciou o transporte

escolar que beneficia os alunos residentes na área do Município de Vale de Cambra para o ensino básico e secundário na área do concelho de Vale Cambra. Explicou que o Projeto Raízes é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas do Búzio, com vista à promoção do sucesso educativo. A intervenção expande-se ao nível do aluno, mas tendo sempre presente o envolvimento dos pais. O projeto destina-se a crianças do último ano do pré-escolar, do 1.º ciclo do ensino básico e do 5.º ano de escolaridade. Não obstante e, desde que, devidamente fundamentado, este projeto poderá acolher crianças e os respetivos cuidadores de outras faixas etárias. Os pais, a escola e a comunidade têm igualmente lugar neste projeto. Este é efetivamente um projeto que já se está a revelar de enorme sucesso. A Câmara Municipal participa e colabora, também, no projeto “No poupar está o ganho” - Educação financeira, em colaboração com o Agrupamento e com a Fundação António Cupertino Miranda, em que os nossos alunos têm recebido alguns prémios, têm evidenciado elevadas capacidades a que o Deputado Municipal José Soares diversas vezes tem aludido. O Projeto “À barca à barca”, iniciativa da Área Metropolitana do Porto (AMP), em colaboração com o Teatro do Bolhão e a Câmara Municipal, visa fomentar o gosto pela leitura e a língua portuguesa, promovendo a comunicação oral e escrita. O público-alvo são os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade. Estão planeadas apresentações de pequenas peças de teatro, baseadas em obras inseridas no PNL (Plano Nacional de Leitura). Continuamos com o ensino do Mandarim, naturalmente como devem compreender não tem uma adesão fantástica, mas tem a adesão que tem, de facto é mais um projeto que o Município lançou. No Museu Municipal, crianças dos 3 aos 10 anos são sensibilizados para a importância da salvaguarda do património cultural em todas as suas vertentes, exploração do espaço museológico por meio da função do objeto, promovendo-se a literacia visual

através da observação das peças expostas, potenciando a sensibilidade estética, artística e cultural; desenvolvendo a partilha de ideias e saberes através da abertura a diálogos aliados ao Património e suas tradições.-----

Haveriam ainda tantos projetos a mencionar, mas sintetizou: As marchas infantis de Santo António; o Projeto da Capuchinha, promoção da Saúde e educação para a alimentação; “Crescer em movimento”, projeto que tem a ver com atividades físicas, desenvolvimento da motricidade, dança criativa, yoga; Os campos de Férias Desportivas Municipais; as Férias Escolares; as 24H Escolares; o Bibliomóvel; atividades diversas no Centro de Educação Ambiental muito viradas para os jovens e comunidade escolar; as comemorações do Natal apoiadas e incentivadas pela Câmara Municipal; o Carnaval que tem um envolvimento fortíssimo da comunidade escolar, dos professores e dos pais; a celebração do Dia Mundial da Criança que envolve toda a comunidade escolar do concelho; o Seminário de abertura do ano letivo escolar, tradição já enraizada no Concelho e que é tão elogiada, nomeadamente pelos professores acolhidos no início de cada ano letivo; Diversos workshops, enfim muitas e muitas atividades viradas para a educação e os nossos jovens.-----

Reforçou, ainda, a requalificação de outras escolas já intervencionadas, nomeadamente o JI de Rôge. E, muito recentemente, há cerca de duas semanas, foi feita a aprovação na AMP da alteração ao Pacto de Coesão Territorial permitindo que se fizesse um mapeamento novo, que não era previsível, nem estava nos horizontes quer da Comissão de Coordenação, quer da AMP, prevendo a inclusão da Escola de Vila Chã, para que também se possa arrancar com a sua requalificação. Assim ficamos com o parque escolar devidamente requalificado, para que as nossas crianças possam com toda a tranquilidade aprender, como é a sua função e é o nosso principal desejo. -----

Terminou referindo que, mais do que ninguém, está preocupado com as crianças,

com a nossa comunidade escolar, e tudo fará, tudo o que estiver ao seu alcance, para que as coisas cheguem efetivamente a bom porto.-----

d) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: Concedida a palavra ao **Deputado Municipal António dos Santos Sousa**, após cumprimentar os presentes, começou por abordar a questão do Desporto, falada na penúltima sessão, referindo-se concretamente ao Pavilhão de Algeriz, que pensa nunca ter sido utilizado, sugerindo seja analisada a sua situação e possa ser utilizado para a prática desportiva.-----

No que se refere à área do Turismo, Ciclovias e Fundos Comunitários, apresentou uma sugestão que, já há anos, havia feito, no sentido da Requalificação dos Moinhos junto à margem do Rio Viges.-----

Insistiu no alerta quanto à falta de segurança e perigo permanente para os utilizadores da Estrada Luíz Bernardo de Almeida à EN 224.-----

Mais uma vez, falou no alargamento da rede de saneamento ao lugar das Póvoas, pois que anteriormente o Sr. Presidente da Câmara disse que iria averiguar e depois lhe falaria mas que, até à data, nada lhe transmitiu. Acrescentou que, as condutas estão feitas pelo que não entende o porquê de não se efetuar a ligação.-----

Referenciou, de seguida, um crédito do governo para a limpeza das florestas. Está a chegar a época de incêndios, e a este respeito, alertou para toda a encosta de Algeriz, autêntico “barril de pólvora”, que os carros dos bombeiros não entram lá, pois giestas e eucaliptos estão no caminho. Voltando a referir a linha de crédito do Governo, referiu que a verba anteriormente disponibilizada foi de 50 milhões, mas que este ano foi reduzida para os 5 milhões, uma vez que poucas Câmaras, a nível nacional, solicitaram este apoio. Acrescentou que o Concelho vizinho de

Sever do Vouga pediu. Indagou porque Vale de Cambra não se socorre destes subsídios, dado que tem uma zona florestal grande, de alto risco. Entende que a Câmara se deveria candidatar, pois seria bom para todo o Concelho e todas as Freguesias, principalmente as de mais alto risco de incêndio.-----

A este respeito da prevenção da época de incêndios, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, concretamente o que já foi feito, o que se pretende ainda fazer, assim como se a zona acima referida está incluída no plano de limpezas.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal, Independente, Albano Oliveira Braga, após cumprimentar os presentes, aludiu à intervenção do Sr. Presidente da Câmara - que não esperava, referindo que gastou muitas horas esta semana em preparação para esta sessão da Assembleia e, como tal, quer dar resposta ao Sr. Presidente, mas sem o prejuízo dos dez minutos a que tem direito para expor os assuntos que preparou. Pediu igualdade no tratamento.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, referiu que os dez minutos estão estipulados para o período da ordem do dia, que para o presente período de antes da ordem do dia o Regimento desta Assembleia prevê uma duração única de sessenta minutos, que têm de ser distribuídos com algum bom-senso por todos. Assim, pediu ao Sr. Deputado no uso da palavra, e a todos os demais, que façam uma utilização criteriosa, sem prejuízo de dizerem aquilo que têm de dizer pois estão ali para ouvir. É uma questão de bom-senso, mais uma vez, pediu que o ajudem nessa condução usando o tempo dessa forma necessária, mas harmoniosa.-----

Retomou a palavra o Deputado Albano Oliveira Braga, referindo que tinha uma intervenção preparada, justamente por causa da EB 2,3 das Dairas mas, após ouvir a intervenção do Sr. Presidente da Câmara que, referiu, estava muito nervoso, pois que alguém lhe escreveu um conjunto de banalidades. Já aqui o Sr. Presidente acusou algumas vezes as pessoas de lerem textos de outras pessoas.

2020.02.20

Para finalizar o assunto, referiu que falaria mais sobre ele durante a apreciação da informação municipal. Acrescentou não saber quem escreveu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, mas que tal mais parece um manifesto eleitoral, e que fez acusações aos Valecambrenses de que era um aproveitamento político que aí andava. Esperava do Sr. Presidente um pedido de desculpas públicas aos Valecambrenses sobre a EB 2,3 das Dairas, mas fez quase um comício político, apontando dezenas de medidas. Dirigindo-se-lhe diretamente disse que a coisa mais importante que um País tem é investir na Educação e na Cultura, para ter um País evoluído, solidário, transparente, que não seja corrupto. E, depois investir na saúde, na água, nas infraestruturas. Estão todos de acordo com os investimentos que fez, embora lhe tenha já dito que pessoalmente tem outras opções. Em dez anos, o número de alunos, até ao 12.º ano, reduziu em mil alunos. Em onze anos existem 3700 residentes a menos no Concelho. Em 2018 nasceram 120 crianças em Vale de Cambra, e em 2010 nasceram 177. Os óbitos aumentaram e a taxa de envelhecimento aumentou. Mas, o Sr. Presidente veio aqui fazer um discurso miserável. O problema da EB 2,3 das Dairas não é uma questão política, é uma questão de competência, é uma questão de procedimentos – da Câmara Municipal e dos Técnicos. Fazendo referência ao Anexo 13, do CCP (Código da Contratação Pública) informou que sempre que se faz um contrato, nomeia-se um Gestor do projeto. Afirmou que, as pessoas que têm assinado este anexo, não sabem o que estão a assinar. Pelo que leu das atas das reuniões de Câmara e dos diálogos a que assistiu, entre Presidente da Câmara, Vereadores e Associação de Pais, vai haver responsabilidade civil e criminal para o Presidente e para os Vereadores que votaram em determinado sentido. E, o Gestor do projeto, uma vez que há um atraso, neste caso de três meses, deve ter assobiado para o lado. O Sr. Presidente só passado três ou quatro meses, e por os pais fazerem barulho, é que vê que a obra está atrasada.

2020.02.20

Após o que fez uma reunião, e votaram por unanimidade para aplicar as multas, pois não tinham outra hipótese. Acrescentou que agora o empreiteiro pode abandonar a obra, pois que até já meteu um processo à Câmara, conforme consta da informação municipal. Do pouco que sabe, pois é leigo na matéria, vai sobrar para todos. Na qualidade de Presidente da Câmara este é o maior responsável e, em 2021, o povo vai estar cá para o julgar, se entender que o Sr. Presidente fez um bom trabalho vota nele ou em quem vier a seguir. Veio ali fazer um exercício político. Afirmou ter escrito duas frases na rede social, portanto que o Presidente também falou para si quando se referiu ao aproveitamento político. Refutou, dizendo que não faz qualquer aproveitamento. Mas, que há aqui responsabilidades, que vai sobrar para todos, pode não ser agora, nem daqui a um ano, mas que o tempo vai chegar. -----

Referindo-se ao seu primeiro mandato como Deputado Municipal, disse que nunca faltou a uma sessão. E que, em 2009 ou 2010, houve uma sessão da Assembleia Municipal no Edifício Municipal, em que o líder de bancada do CDS se virou para o então Presidente da Câmara e lhe disse que antes de abrir os concursos já se sabia quem ía ganhar, sendo que o Presidente respondeu que tal acusação era grave e que lhe ía meter um processo em tribunal, o que até hoje não aconteceu. Curiosamente, é precisamente a empresa que tem os problemas agora na EB 2,3 das Dairas que tem ganho os concursos. Alguém não está a cumprir. Acrescentou que, anda há um ano a dizer que o empreiteiro saiu da Biblioteca Municipal e ainda há reparações a fazer. Não foram feitas, e o Sr. Presidente passa lá, pois já lá o viu e não liga nada. Assim como não liga aos pedidos de documentos que lhe faz, que o Sr. Presidente da Câmara só vai ligar quando for a Tribunal e tiver de lá prestar justificações. Se é isso que quer, vamos por aí. Aconselhou os Técnicos da Câmara a lerem bem o Anexo 13 do CCP, pois que também vai sobrar para eles. -----

Passou de seguida aos seus outros assuntos:-----

- Tendo sido aprovada a ata do dia 22 de novembro de 2019, conforme consta da página 20 da proposta da ata remetida, fez uma intervenção acerca do direito de superfície e, o Sr. Presidente da União de Freguesias, disse o que consta também na página 27 daquela proposta, uma série de banalidades, terminando com: “Quando se fala deve falar-se a direito, consciente e de verdade, porque quando “temos um telhado de vidro, devemos reparar para o que dizemos, porque se não o vidro pode partir”. Como esta intervenção era para si, e como não é a primeira vez que o Sr. Presidente da União de Freguesias profere afirmações injuriosas, acha que tal é ofensivo e que o tenta condicionar. Já aqui há alguns tempos, mentiu ao dizer que ele foi contra a atribuição de 20 mil euros para Codal, quando até se havia manifestado impedido e abandonado a sala, como tal não disse nada, conforme já fez ver em ata. Ainda assim, o Presidente da União de Freguesias afirmou que ele tinha sido contra e falava mal da freguesia, mas ele não estava na sala, pois estava impedido assim como o Deputado António Augusto Almeida também esteve. Referiu dar quinze dias ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho para lhe fazer um pedido de desculpas por escrito, se não o fizer reserva-se no direito de tomar as medidas, para ele se explicar no local certo.-----

- Em relação ao direito de superfície e às creches, informou ter realizado duas reuniões, com as respetivas Diretoras das Creches de Carregosa e de Ossela. O que ouviu nessas reuniões não corresponde ao que aqui foi dito para justificar o assunto, e que andavam lá dezenas de crianças, é mentira, pois as creches tiveram um aumento de 32 vagas. Portanto, o que aqui foi dito é mentira. Ressalvou que, quando se faz um parecer tem de se escrever verdade, não se escrevem mentiras para justificar fazer determinadas coisas. -----

- De seguida, referiu que o Sr. Presidente numa reunião da Câmara Municipal, a 28 de janeiro, reunião pública da Câmara Municipal na qual esteve presente, o Sr. Presidente fez uma afirmação em diálogo com os vereadores Pedro Almeida e Nelson Martins, a propósito da EB 2,3 das Dairas, disse que não tinha confiança nos serviços. Neste seguimento, admitiu ter escrito um pequeno texto nas redes sociais, “dois parágrafos pequeninos”, a dizer que o Sr. Presidente disse numa reunião da Câmara Municipal que não confiava nos serviços. Achou extraordinária a expressão não confiar nos serviços, até porque, não confiar nos serviços, é nos técnicos que estão presentes e nos técnicos que não estão. Esta situação, de escrever dois parágrafos pequeninos, provocou uma reunião geral de funcionários, às 9h de uma segunda ou terça-feira, mas que, infelizmente, não convocou todos os funcionários, parece que há funcionários de primeira e funcionários de segunda, e foi para lá desculpar-se no fundo. Mais informou, o Deputado Albano Braga ter recebido, na rede social, uma ameaça velada de um dirigente da Comissão Política do CDS. Ao que isto chegou! Afirmou ter muito medo dessas ameaças, destas e outras como as que já lhe fizeram, mas depois no sítio certo resolve-se isso tudo. Isto é lamentável.-----

- No 60.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi “destratado”, assim como os Deputados da Assembleia Municipal, pois que o Sr. Presidente da Câmara fez o favor de não o sentar na Mesa de Honra. É uma coisa incompreensível, o Sr. Presidente da Assembleia é a primeira figura do Concelho, tem de estar na Mesa. Isto foi uma desconsideração não só para o Sr. Presidente mas para toda a Assembleia Municipal. Acrescentou, houve alguns convidados institucionais que abandonaram a sala, foram destratados também, não tiveram lugar para se sentar foram embora zangados, segundo o que comentaram com outros presentes. Referiu que o responsável por isto foi o Sr. Presidente da

Câmara Municipal.-----

- Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara nomeou um Chefe de Gabinete há pouco tempo, frisou aquilo que disse no início do mandato, que uma Câmara Municipal tem de ter um Chefe de Gabinete ou um Adjunto, custe o que custar. No início do mandato, o Sr. Presidente justificou que não tinha um Chefe de Gabinete com o facto de ter optado por um quarto Vereador, bem ou mal, é uma responsabilidade do Sr. Presidente, como não tinha Chefe de Gabinete nem Adjunto as despesas diminuíram e acomodavam isso. Porém, o Sr. Presidente tem agora o Executivo mais caro de antes do 25 Abril e do pós 25 de Abril, em Vale de Cambra, o mais caro era do Eng.º José Bastos quando teve o Sr. Jorge Ratola e o Sr. Adérito Campos e todo o Secretariado. Mas, o Sr. Presidente consegue agora ser o mais caro de sempre, pois admitiu um Chefe de Gabinete a menos de dois anos do fim do corrente mandato, e isto cheira a um emprego forçado, pois sabe-se o que aconteceu ao seu partido a nível nacional, assim como aos dirigentes que não têm assento nos Órgãos Nacionais e nos Distritais do Partido. E são mais não sei quantos mil euros. Se isto fosse feito em 2017 ninguém criticava, mas agora nesta altura não fica bem.-----

- De seguida, informou ter feito uma série de requerimentos ao Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia faz todo o esforço para que lhe sejam enviados os documentos, mas que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não os envia, pelo que não os pode remeter. Um dia destes também vai ter de explicar no sítio certo porque não manda os documentos. São documentos que já pediu há um ano e meio, isto não pode ser, tem de responder, ou quer esconder alguma coisa ou quer “dar baile aos Deputados”.-----

- Sobre a apresentação do Plano Estratégico de Turismo, referiu que em 2009 esteve numa cerimónia realizada no Edifício Municipal para apresentação de uma

estratégia, tendo sido entregue um roteiro turístico, do que mostrou um exemplar aos presentes. Deu nota da constituição da Mesa de Honra dessa cerimónia, a saber o Sr. Presidente da Câmara Municipal à data, Eng.º José Bastos; convidado de honra, o Presidente do Turismo e Norte de Portugal à data, Dr. Melchior Moreira; o representante da Assembleia Municipal, Deputado Municipal Dr. Paulo Barbosa; a Vereadora da Cultura na altura, Dr.ª Célia Tavares; e, da empresa convidada - o IPDT, o Dr. Jorge Costa. Basicamente foram mencionados à data: a Natureza, a Serra da Freita, o Turismo, a Arqueologia e a Paisagem, conforme Roteiro. Ressalvou que não coloca em causa a empresa IPDT, a quem reconhece competência e mérito, pois que trabalham para muitos Municípios, para o País e para vários Países do mundo. Em 2019, o Sr. Presidente da Câmara, José Pinheiro, deu uma entrevista de fundo à *Magazine*, revista das Montanhas Mágicas, e falando de turismo, falou sobre tudo isto, repetindo o que foi dito em 2009, exatamente o turismo natureza, turismo gastronómico, cultural, desportivo, de negócio, industrial e religioso. Falou, também, em alguns eventos, na Mostra de Gastronomia e Vinho Verde, mas que acabou com ela; falou na Freita, apesar de uma Portaria (publicada há um ano e meio) permitir a plantação de eucaliptos naquela serra, para o que alertou em devido tempos, mas que o Sr. Presidente fez “ouvidos de mercador”; acabou com o 24H a correr; o Mundial de Enduro fez-se uma vez não se faz mais; quanto à Mini-maratona os participantes estão a diminuir. A respeito do desporto, referiu que no Centro de Marcha e Corrida os participantes estão a diminuir, pois neste momento e, de acordo com a informação municipal, tem 146 inscritos, quando em 2017 tinha 255 inscritos. Continuando, referiu que as Festas de Santo António são uma romaria de aldeia; quanto à Romaria à N.ª Sr.ª da Saúde, nada se faz para valorizar o espaço; o Sr. Presidente também acabou com o “Aqui há Futuro”. Quanto à Loja Interativa de Turismo referiu que aos sábados, domingos e feriados está fechada, apesar do

2020.02.20

Sr. Presidente ter feito admissão de mais técnicos para o Turismo, o que é inacreditável. Depois, na apresentação da Estratégia realizada pela empresa IPDT, basicamente falou dos mesmos pontos constantes da entrevista do Sr. Presidente e daquilo que havia sido dito em 2009. Acrescentou ter a referida Revista, o Roteiro e o discurso que o Sr. Presidente da Câmara fez ao canal JN. O estudo deveria ter sido feito em 2013, que o aplaudia, mas agora fazer isto em pré-campanha a um ano e cinco meses de eleições, não está correto.-----

O Sr. Presidente da Assembleia solicitou que concluísse a intervenção.-----

Retomou a palavra o Deputado Municipal Albano Oliveira Braga acrescentando que pediu os documentos de um contrato celebrado com uma determinada empresa, deixando claro que nada o move contra a mesma. Foi feito o concurso e foi entregue a esta empresa pela quantia de 59.960euros. Mas da análise dos documentos, há uma série de incongruências e incoerências. Deu nota ao Sr. Presidente da Assembleia da falta de um documento que não foi enviado. Continuando, referiu que o concurso foi feito de forma rápida, num total de nove dias, o que é legal, é o tempo mínimo, mas que foi feito tudo à maneira, existindo pareceres dos técnicos que dizem que vão entregar porque não existem empresas no mercado. Contudo, tem uma lista da qual constam pelo menos 8 a 10 empresas. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara chamou a atenção deste, uma vez que no procedimento consta a sua assinatura e que os Pareceres do Técnico Coordenador e Chefe de Divisão são mentira. Houve oito a dez empresas a concorrer, até um ginásio concorreu. Mais uma vez fez referência aos pareceres técnicos e financeiros que afirmam a necessidade de fazer concurso, que não se pode fazer um ajuste direto por falta de empresas, o que é mentira, e é brincar com o povo. Também relativamente ao Gestor do Projeto referiu que não sabe no que se vai meter, que se calhar até foi imposto. Afirmou que fazer um concurso

que acaba seis meses após o término do mandato, nunca tal se viu. Referenciou ainda que no mesmo procedimento se contrata mil e tal horas de um serviço especializado, para assistente de sala. Perguntou o que é um assistente de sala, se é uma pessoa que está lá a abrir a porta e encaminhar as pessoas ao lugar, e se isso é que é trabalho especializado. Por fim, afirmou: “Isto é uma vergonha”.----

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve de acordo com o pedido efetuado à Mesa: “Cinto notas, antes de entrar em três assuntos:-----

“A- Em 31/01/2020, 19h00: A União Europeia retirou a bandeira do Reino Unido em Bruxelas.-----

B – Rede de transportes junta três municípios no “Mobiave” - Santo Tirso, Trofa, Famalicão – Projeto aprovado pela Área Metropolitana do Porto em Dezembro de 2019.-----

C – Cascais vai ter transportes gratuitos já em 2020.-----

D – António Costa, Primeiro Ministro, destaca a proposta do PCP para alargamento gratuito das creches.-----

E – CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: Em 22.11.2019 fui eleito nesta Assembleia para integrar a comissão alargada de proteção de crianças e jovens. Em 22.01.2020 participei pela primeira vez na reunião da comissão alargada. Foi aprovado, entre outros, o plano de atividades para 2020. Na formação de grupos passei a integrar o grupo de trabalho que está já a preparar o “Mês da prevenção dos maus tratos na infância” - Abril 2020. Em 29.01.2020 participei na reunião do grupo de trabalho que está a preparar o tema de Abril 2020. Em 13.02.2020 voltamos a reunir o grupo de trabalho que está a preparar o tema de Abril 2020, que será “Violência no namoro”. Contamos com a

2020.02.20

presença da Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade. Em 19.02.2020, ontem, participei na apresentação do Projeto Adélia feito pela Senhora Dr.^a Judite Pregueiro. Aborda/trata da parentalidade positiva. -----

Depois terão a oportunidade de ser convidados, possivelmente, está aqui a senhora Presidente, para quando tivermos nessa fase, em abril estarmos lá todos na Escola Secundária, a participar no evento.-----

Agora vou falar de um tema, muito atual e muito importante, até porque já fui elemento da Associação de Pais durante muitos anos e sei o que estas coisas doem. Como diz Ricardo Araújo Pereira “estar vivo aleija” e ser pai também aleija. Dada a situação do estado de evolução/estagnação da obra de requalificação da Escola EB 2, 3 das Dairas, o que já originou, por parte da Associação de Pais, manifestações de desagrado pelo atual estado das instalações provisórias e preocupação sobre o futuro por indefinição do prazo de conclusão da obra, procurei através da leitura das atas das reuniões da Câmara Municipal saber algo mais, e constatei que só a cerca de 15 dias do término da obra, o Senhor Presidente da Câmara, por incapacidade de resolução do problema, veio informar os vereadores do PS e do PSD da impossibilidade de cumprir os prazos para a sua conclusão por parte do empreiteiro e, conseqüentemente, a aplicação de multas como se essas viessem a solucionar o problema. -----

Conforme obriga o Código dos Contratos Públicos, compete ao Gestor do Contrato, nos termos do Artigo 290º-A do referido Código, acompanhar permanentemente a execução do contrato, e, caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias, na execução do contrato, deve comunicá-lo, de imediato, ao Órgão Competente, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas, o que nunca aconteceu, o que leva a crer que, ou o Senhor Presidente da Câmara omitiu

2020.02.20

informação ao Executivo Municipal ou o Gestor do Contrato não cumpriu com as obrigações que a lei lhe exige.-----

A agravar tal situação, vem agora o empreiteiro interpor um processo no Tribunal Administrativo contra a Câmara, o que, dada a morosidade destes processos em Tribunal, poderá arrastar a obra por tempo indeterminado, com consequências nefastas e preocupantes para a População Escolar, Professores, Funcionários e respetivos Agregados Familiares.-----

Perante esta situação, pergunto e solicito ao Senhor Presidente da Câmara que nos informe qual o prazo de conclusão da obra e em que condições é que prevê que os alunos possam obter sucesso escolar em instalações condignas como todos nós desejamos.-----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

Por deliberação da Assembleia Municipal de 24.11.2018, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento de revisão do PDM constituída por três Deputados Municipais.-----

No cumprimento das regras democráticas, caberia aos três elementos nomeados eleger, entre si, um coordenador da Comissão e a definição das regras de funcionamento, tendo sido, consensualmente, nomeado como coordenador o Deputado Municipal António Augusto Pinho Soares Almeida.-----

Por despacho de 10.12.2019, o Presidente da Assembleia Municipal contrariou a eleição do referido coordenador, impondo, como Presidente da Comissão de Acompanhamento, o Deputado Municipal Nuno Miguel Pinheiro, confundindo a nomeação do representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da CCDRN com a do coordenador da Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal da revisão do PDM.-----

Ao défice democrático atrás exposto acresce o facto de, na reunião da Comissão

2020.02.20

de 09.12.2019, o representante do CDS/PP na Comissão, alegadamente nomeado Presidente da mesma, veio informar todos os membros presentes, inclusive o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de que nada ou pouco seria aceite das sugestões que a Comissão pudesse apresentar dada a pouca flexibilidade do “poder instalado” em aceitar a participação desta Comissão. -----

Exemplo disso, é que a maioria CDS que governa a Autarquia remeteu uma proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal à apreciação da CCDRN sem ouvir a Vereação Camarária e a Assembleia Municipal, impondo desta forma uma solução que não corresponde aos verdadeiros anseios e expectativas dos eleitos que representam os Valecambrenses.-----

Sendo o Plano Diretor Municipal um instrumento essencial de gestão do território municipal, sendo através dele que se define o quadro estratégico de desenvolvimento para a área do Município de Vale de Cambra e tendo em consideração que este instrumento de gestão territorial vincula a Administração e os Particulares, vimos pela presente, dados os gravosos atropelos a uma verdadeira participação construtiva do Plano Diretor Municipal, apresentar a nossa demissão.-----

Assinam, conforme Cartão do Cidadão, António Augusto Pinho Soares Almeida, deputado municipal eleito pelo PSD e Albino Almeida pelo PS.-----

Agora vou falar do ALMEIDA & FREITAS: Tomei conhecimento que o Almeida & Freitas, empresa de referência histórica no universo industrial de Vale de Cambra, foi vendida.-----

Tendo em consideração a importância do edifício Almeida & Freitas pelo seu valor patrimonial (histórico e autárquico), a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, em devido tempo, classificaram esse espaço, no Plano Diretor Municipal, como área de equipamento, precisamente para salvaguardar e

perpetuar esses valores de referência.-----

Tendo em conta que está em curso a revisão do Plano Diretor Municipal espero, e a bancada do PPD/PSD espera, que a classificação do uso do solo, área de equipamento, no que ao Almeida & Freitas diz respeito, se mantenha.-----

Perante esta situação, tendo conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara reuniu com o(s) anterior(es) proprietário(s), presumo, e solicito que me confirme, se tais reuniões tiveram por objetivo a negociação para a aquisição do referido edifício. A confirmar-se, pedia ao Senhor Presidente da Câmara que informasse hoje esta Assembleia o que faltava na negociação e qual o valor que os serviços certamente lhe indicaram como justo para servir de base a essa mesma negociação.-----

Mais solicito que o Senhor Presidente da Câmara nos diga hoje nesta Assembleia se a Câmara Municipal foi notificada para exercer o direito de preferência e, caso afirmativo, qual foi a resposta que a Câmara Municipal deu e se a mesma foi objeto de deliberação em reunião de Câmara Municipal.”-----

Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, providenciou a entrega, a cada um dos membros da Assembleia Municipal, de uma cópia do seu Despacho de 10 de dezembro de 2019, relativo à Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM.-----

Interveio, de seguida, a Deputada Municipal Ana Maria da Silva que, após cumprimentar os presentes, alertou o Sr. Presidente para um problema de segurança na estrada de ligação entre Gatão e Vilar, dado que, há muito tempo, se encontra um pedaço de estrada e muro de suporte caído, à saída de uma curva, no sentido descendente. Um dos muitos exemplos de que, infelizmente, o interior do concelho está, cada vez mais, esquecido, tanto em falta de projetos para água e saneamento, como para cuidados de saúde. Arões e Junqueira

continuam sem atendimento médico às populações envelhecidas e dependentes, por exemplo. Entretanto, colocam-se umas fitas a sinalizar um perigo, que a cada dia, se agrava para os Munícipes que, pagando os seus impostos como os cidadãos da cidade, são tratados como cidadãos que não têm direito às mesmas oportunidades. Agrava-se assim, a cada dia, o fosso entre o interior e o centro do Concelho.-----

Usou da palavra o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida que, após cumprimentar os presentes e, sobre o Plano Estratégico de Turismo, referiu que foi uma excelente apresentação, que ficou surpreendido com as capacidades que temos em Vale de Cambra ao nível de turismo, as quais, infelizmente, não foram até ao momento exploradas. Foi tudo escrutinado e a equipa que o fez, fê-lo muito bem. Este trabalho levou-o a pensar um pouco, tendo contribuído para aumentar o seu orgulho em ser Valecambrense, pois que afinal não conhecia tudo. Há muitos aspetos em Vale de Cambra que têm de ser valorizados, descobertos, e na verdade têm vindo a ser ignorados. Essa equipa de técnicos levou-os a sonhar com as qualidades e capacidades que Vale de Cambra tem. Não é à toa que Ferreira de Castro dizia que Vale de Cambra era a Suíça Portuguesa. Mas há um senão, é preciso um bom executivo para reparar/satisfazer primeiro as necessidades, que depois possam levar a esse trabalho. Pois que houve uma pessoa que, com coragem e delicadeza, referiu que no lugar onde vive não há água e saneamento, nem wi-fi, pelo que algumas das regiões, as nossas bonitas aldeias terão de ser reabilitadas. O Projeto é ótimo mas está a meter-se à frente da possibilidade de o executar. É necessário primeiro pensar nas pessoas que lá vivem, e ponderar se existem mesmo as condições para que o projeto vá para a frente, não tendo dúvida de que existem imensos obstáculos que não vão permitir o avanço desejável, designadamente ao nível das necessidades básicas que qualquer turista quer ter, desde logo acessos

por exemplo. -----

Antes de terminar, apresentou as suas questões: o projeto foi elaborado para se perceber em que estado estamos, ou se é mesmo para avançar? Quais as condições dadas e quem está a coordenar o projeto? Há algum programa para pôr o projeto a avançar e, em que parâmetros?-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por encerradas as inscrições para intervenção neste período, concedendo porém a palavra aos Deputados já inscritos.-----

No uso da palavra a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, após cumprimentar os presentes, começou por referir-se ao *rebranding* do jornal A Voz de Cambra, notícia que gerou uma satisfação e alegria generalizadas em Vale de Cambra. Assinala, portanto, com evidente satisfação este momento. Há uma nova imagem e um novo grafismo que anuncia o início de uma nova etapa da vida neste importante órgão de comunicação social local. É sempre com enorme satisfação que vêem projetos destes ganhar novo fôlego, ainda mais à luz da conjuntura que atualmente se vive onde se anuncia a morte dos jornais em papel e se caminha a passos largos para o mundo do digital. Concelhos com a geografia social e física de Vale de Cambra precisam de publicações como esta, assim como do saudoso Notícias de Cambra. Nem todos são info-incluídos, a informação não chega ainda como deveria a todos os cantos do Concelho, ou pelo menos, a informação que interessa a quem cá vive. O trabalho é hercúleo o de jornalistas como a Cristina Santos ou como foi o da Sandra Santos que parecem desdobrar-se em eventos e acontecimentos nos quatro cantos do Concelho. Continuou, afirmando, ser um gosto ver a nova imagem e ver os novos cronistas, pessoas dos vários quadrantes sociais alguns deles emigrados como é o caso do Paulo Franzine, ou o caso da Maria Eduarda Couto, do Tiago Fernandes jovens que são em grande medida verdadeiros exemplo. Também a

2020.02.20

Diáspora agradece reconhecidamente o facto de publicações como estas ajudarem a manter mais perto quem está tão longe. Um grande bem-haja ao Sr. Coutinho um dos fundadores da Voz de Cambra que também assume uma rubrica neste jornal, neste novo formato. É bom ver refletidas estas vozes, umas mais jovens, outras mais experiente numa reflexão sobre o nosso Concelho em análises frescas e despojados de qualquer interesse, em análises críticas mas construtivas, dando sugestões fazendo propostas, mais ou menos o que gostariam de ver refletido nestas nossas assembleias municipais. É exatamente o papel que assumem jornais como estes de verdadeiras assembleias municipais de órgãos fiscalizadores do estado da arte no nosso concelho, assim saibam ler e interpretar o que lhes aconselham, por isso em nome do PPD/PSD Vale de Cambra, parabenizou e desejou vida longa ao jornal Voz de Cambra, aqui na pessoa da senhora jornalista.-----

É, no entanto, fundamental a análise à importância da imprensa regional. Cabe também aos decisores pensar em como estimular estas instituições, respeitando sempre a sua liberdade e isenção. Referiu que, em dezembro de 2019, há poucos meses, leu um artigo do Expresso onde se dava nota de que a atual conjuntura obrigava a uma reflexão sobre o modo de funcionamento e sobretudo de financiamento dos órgãos de comunicação social. Há quem defenda que devem transformar-se em organizações sem fins lucrativos com estatuto intermédio entre o de fundação e o de sociedade anónima, na qual os lucros são reinvestidos e cujo capital é congelado para impedir a sua venda e preservar a qualidade e independência jornalística. Apresentou-se, também, o caso da Média RAM um programa de financiamento público aos órgãos de comunicação social da Madeira, que surge na altura em que houve o risco de extinção do Jornal da Madeira e do Diário de Notícias Madeira. Neste caso, o Governo Regional complementou os apoios já existentes aos custos de produção e ao emprego

incluindo salários e contribuições para a segurança social. A recuperação da comparticipação do Estado no custo do envio postal das publicações, o chamado porte pago, foi também apontado como sendo essencial para ajudar a revitalizar a imprensa regional e local, tanto pelos Deputados dos diferentes partidos como pelos responsáveis de órgãos comunicação local que estiveram nessa conferência. A dedução em sede de IRS na aquisição de publicações periódicas, e a majoração em sede de IRC das despesas com publicidade na comunicação social, também foram apoios indiretos do estado para ajudar a resolver a crise nos média referidos durante a conferência. E aqui, também, deve estar incluída a imprensa regional e local. A possibilidade dos cidadãos consignarem parte do seu IRS a um órgão de comunicação social foi também sugerida pelo Sindicato dos Jornalistas. Estas são apenas algumas ideias que podem e devem ser consideradas talvez num outro local que não este, mas a semente da reflexão que gostaria de deixar hoje aqui.-----

De seguida, em nome da bancada do PPD/PSD, apresentou uma proposta, fundamentada, da transmissão on-line das reuniões públicas da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal, no site e redes sociais, por forma, a aproximar as pessoas dos políticos e os políticos das pessoas. Como encaram esta medida de carácter urgente e fundamental, propuseram seja aplicada já a partir da próxima reunião, até porque o investimento associado é mínimo e os resultados compensam. Como argumentação adicional, mencionou que, dessa forma, outros pais teriam tido a oportunidade de assistir em casa à explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a Escola E. B. 2, 3 das Dairas.-----

A intervenção supra e teor completo da proposta, ficam apenas à ata.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para concluir a fase de intervenção dos senhores Deputados Municipais concedeu a palavra ao Deputado

Municipal Henrique Dias.-----

No uso da palavra o Deputado Municipal Henrique da Silva Dias, após cumprimentar os presentes, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela humildade que revelou ao apresentar uma explicação, com todos os erros que a Câmara possa ter cometido sobre a questão da E. B. 2,3 das Dairas. Só quem nunca lidou com contratações públicas é que não sabe que num contrato público não se escolhe o concorrente, que o concorrente que apresentar a proposta mais barata, seja bom ou mau, tenha um currículo bom ou mau, é o que vai ter que fazer a obra. Depois há que a acompanhar, é verdade. Acrescentou que a obra está já numa fase bem adiantada, mas o Empreiteiro agora está com dificuldades e para obviar essas dificuldades meteu um processo à Câmara. Agora vai andar por aí a arrastar-se e a obra não anda. Pior do que isso, é que a câmara não pode rescindir o contrato.-----

Tornando a referir-se à atitude humilde do Senhor Presidente da Câmara, disse que ele recebeu como agradecimento um ataque velado de algumas pessoas à sua honorabilidade e ao seu comportamento, o que é injusto. Em nome pessoal, assim como da bancada do CDS/PP, disse que confia piamente no esforço feito pelo Sr Presidente para que as obras da escola tivessem o seu término na data prevista. Infelizmente, não pode escolher o empreiteiro e, portanto, agora tem de sujeitar-se às regras do jogo, acreditando que vão chegar a bom porto.-----

De seguida, felicitou a Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues pelo seu doutoramento, bem como pelo seu desempenho aqui e agora, porque trouxe ótimas “provocações” ao Executivo, assim como felicitou o novo modelo da Voz de Cambra que, pessoalmente, também, espera tenha grande cobertura no Concelho, em especial nas zonas mais recônditas.-----

Por fim, dirigindo-se ao seu “querido amigo António Augusto”, disse que para estar nas coisas não pode demitir-se das suas funções. Quer acreditar que o Sr.

2020.02.20

Presidente da Assembleia tenha tido uma decisão absolutamente isenta. Mas, que o Sr. António Augusto não pode demitir-se das suas funções porque depois não está no local próprio para poder discutir os assuntos.-----

O Sr. Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva disse que dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pois que eram já vinte e duas horas e dez minutos, pelo que não concedia a palavra ao Deputado António Augusto de Pinho Soares de Almeida, pedindo contudo desculpa.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, não obstante, levantou-se e dirigiu-se para o púlpito.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que não lhe concedia a palavra, pedindo-lhe que acatasse a decisão, sob pena de ter de encerrar a sessão.-----

O Senhor Deputado respondeu: “Então encerre”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia disse: “Senhor Deputado, eu estou-lhe a pedir que não use da palavra.” -----

O Senhor Deputado respondeu: “Pode encerrar a sessão.”-----

Face ao exposto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, encerrou antecipadamente a presente sessão, pelas vinte e duas horas e dez minutos, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f, do n.º 1, do artigo 30.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Sr. Presidente da Assembleia pediu desculpa a todos os presentes, especialmente ao público inscrito.-----

Para os devidos efeitos, foi lavrada a presente ata que, após aprovação, é assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e Secretários.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____